



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Política pública de acesso a mercados: a execução do PNAE em São José de Caiana-PB

Public access policy to markets: the implementation of the PNAE in São José de Caiana-PB

SOUSA, Maria Janete Aparecida de¹; LACERDA, Dayane Cristine de Oliveira²; MEDEIROS, Marcos Barros³; COSTA, Natanaelma Silva⁴; SILVA, Rayana Vanessa Alves⁵

¹Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, PB, janetty.caiana@hotmail.com; ²Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, dayanecristinelacerda@gmail.com; ³Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, PB, mbmedeir@yahoo.com.br; ⁴ Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, PB, ampnatanarlnma2@yahoo.com.br; ⁵Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, rayana.vanessa@hotmail.com.

Tema Gerador: Políticas Públicas e Conjuntura

Resumo

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) busca suprir as necessidades alimentares de estudantes da rede pública. Objetivou-se avaliar a execução do PNAE no município de São José de Caiana-PB e, mostrar seus principais entraves. Foram aplicados questionários semiestruturados a três gestoras de escolas municipais, uma gestora da escola estadual e ao técnico da EMATER do município contendo perguntas direcionadas à avaliação de nível de escolaridade, média de idade, tempo de atuação como gestor, tempo de atuação no programa, e questões voltadas para os principais pontos referentes à execução do programa. Evidenciou-se que os envolvidos na pesquisa possuem capacitação profissional para executar o programa no município; o programa auxilia de maneira positiva para o desenvolvimento da agricultura familiar. Dentre os pontos positivos destacam-se a oferta de alimentação saudável aos alunos e inclusão sócio produtiva quando se refere agricultores familiares. Entre os principais entraves destacaram-se os valores de repasse por aluno e as condições climáticas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Alimentação escolar; Segurança alimentar.

Abstract

The National School Feeding Program (PNAE) intends to supply the food needs of public school students. This study aimed to evaluate the implementation of PNAE in São José de Caiana-PB and show their main obstacles. Semistructured questionnaires were applied to three municipal school administrators, a state school manager, and the EMATER city technician with questions directed to the evaluation of educational level, average age, time of performance as a manager, time in the program, and issues relating to the implementation of the program. It was evidenced that those involved in the research have professional qualification to execute the program in the town; The program helps in a positive way for the development of family farming. Among the positive points are the provision of healthy food to students and socio-productive inclusion when referring to family farmers. Among the main obstacles were student's transfer values and climatic conditions.

Keywords: Family farming; School feeding; Food safety.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é popularmente conhecido como “merenda escolar”, tem como objetivo principal fornecer alimentação de qualidade para contribuir com o crescimento e desenvolvimento físico e intelectual de crianças, jovens e adultos. O programa atende alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e os alunos do programa EJA) que frequentam as escolas públicas do nosso país (CARVALHO, 2009).

Dada à demanda do fornecimento de alimentos saudáveis e de qualidade, isentos de insumos químicos o PNAE, ainda incentiva o agricultor e agricultura familiar a realizar a transição agroecológica e planejar sua produção, ampliando dessa forma o seu efeito para além do econômico e social influenciando também a organização dos empreendimentos familiares e a produção de forma ambientalmente mais correta. Sendo assim um importante mercado institucional no qual a agricultura familiar tem espaço para comercializar sua produção.

Objetivou-se avaliar a execução do PNAE a partir da gestão escolar municipal e estadual no município de São José de Caiana-PB; diagnosticar as principais fragilidades e potencialidades no modo de execução do programa no município; e identificar estratégias para efetivar o funcionamento do programa.

Material e Métodos

O estudo foi realizado na cidade de São José de Caiana, sertão da Paraíba, com gestores e técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba-EMATER, PB que se dispuseram voluntariamente a colaborar com a pesquisa sobre a execução do PNAE no município.

O estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica, utilizando dados publicados em sites oficiais da União e estado que transmitem informações sobre a criação, política e execução do PNAE. Também foram realizadas visitas às escolas municipais e estadual da zona urbana do município onde foram realizadas entrevistas utilizando roteiros investigativos com questões adaptadas de Sousa (2014), e de elaboração própria.

Para coleta de dados, foram utilizados dois questionários semiestruturados. O primeiro questionário contendo 16 questões foi direcionado as gestoras escolares, sendo três gestoras de escolas municipais e uma gestora da escola estadual. E como o programa da prioridade à compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, buscou-se enriquecer o estudo através de pesquisas sobre a participação da agricultura familiar no PNAE no Município de São José de Caiana-PB. Para concluir esse objetivo, o segundo



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



questionário contendo 18 (dezoito) questões foi aplicado ao técnico da EMATER-PB que atua em São José de Caiana. Após a realização da pesquisa os dados e informações foram sistematizados e expressos em comentários dos participantes e tabela.

Resultados e Discussão

Majoritariamente os gestores avaliados atuam na gestão escolar a mais de cinco anos. Os entrevistados participam de forma prática na realização das chamadas públicas e nas compras de produtos da agricultura familiar via PNAE, os gestores apontaram dados similares ao seu tempo de atuação na gestão escolar. Essas informações fomentam a afirmativa de que os entrevistados possuem experiência quanto ao processo de gestão escolar, dado o tempo de atuação desses na dinâmica educacional e o consequente tempo de trabalho na execução do PNAE como política pública e meio para aquisição de alimentos saudáveis para a escola.

As gestoras escolares da rede municipal afirmaram que receberam treinamento da Secretaria Municipal de Educação de São José de Caiana-PB. Quanto a gestora da escola estadual, afirmou que o treinamento para a execução do PNAE nas escolas estaduais fica a cargo da Secretaria Estadual de Educação do Estado da Paraíba, para instrumentalizar e possibilitar uma boa execução do programa pelas escolas. Diante dessa informação foi questionado o grau de satisfação desses gestores quanto à formação sobre o PNAE e seu método de execução. O grau de satisfação relatado por esses profissionais foi alto, três das quatro entrevistadas afirmaram que receberam “*sim, de forma satisfatória*” formação e treinamento sobre a execução do PNAE. Um comentário sobre a questão foi: “*sim, de forma satisfatória, o processo de treinamento e formação forneceu competências suficientes para que a execução do programa se desse de forma exitosa*”. Em meio a entrevistas o diálogo foi transcorrendo de forma contínua e instigante até que surgiu o questionamento sobre a importância do programa para o processo de valorização da cultura local. Pois o programa tem como premissa a valorização dos produtos agrícolas do município, aqueles que são os de maior destaque produtivo. Dessa forma foi indagado aos entrevistados se no processo de elaboração do cardápio esses princípios de valorização da cultura são levados em consideração. Três das quatro entrevistadas responderam que “*sim, muito*”, priorizam as culturas agrícolas locais, como macaxeira (*Manihot esculenta*) e cajú (*Anacardium occidentale*). A gestora contrária a essas respostas comentou: “*sim, mas pouco, pois alguns alimentos possuem auto custo e não tem como incluir com muita frequência devido ao baixo valor de repasse por aluno*”.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Quanto a formação de novos hábitos alimentares através do consumo da merenda escolar, três das quatro gestoras entrevistadas concordam que *“sim, muito”*, os alunos adquiriram gosto pela alimentação saudável, em um comentário foi exposto: *“principalmente no que se refere ao consumo de frutas e legumes”*. Contrariando as demais respostas, uma gestora respondeu que a contribuição é *“razoável”*, e acrescenta que *“houve pouca contribuição”*. Quanto a participação dos agricultores na elaboração do cardápio, constatou-se em três das quatro escolas. No entanto, essa participação não ocorre de forma direta, ou seja, com sugestões de cardápio, eles apenas fornecem legumes, frutas e verduras para deixar a merenda mais saudável. A inclusão de frutas e verduras no cardápio em três escolas é frequente. Uma quarta apontou que a oferta in natura ocorre *“poucas vezes”*, isso ocorre porque o preço das frutas, quando compradas in natura, representa um alto custo no orçamento do cardápio, mas procuram amenizar oferecendo na forma de sucos.

Quando indagados sobre o profissional que elabora o cardápio da merenda 100% dos entrevistados afirmaram que a elaboração do cardápio fica a cargo de uma *“nutricionista”*. Nas escolas municipais quem elabora o cardápio é a nutricionista do município. Já para a escola estadual a profissional elabora o cardápio e envia através de e-mail.

Quanto ao cumprimento da Lei 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, três das quatro gestoras afirmaram que *“sim”*, a Lei está sendo cumprida. No entanto, nas prestações de conta do município ficou evidente o descumprimento da Lei. Segundo dados disponibilizados no portal do FNDE, a prefeitura municipal de São José de Caiana-PB no ano de 2011 o município recebeu um valor equivalente a R\$ 72.036,00 desse total, R\$12.873,55 foram investidos na compra de produtos da agricultura familiar, ou seja, apenas 17,87% um valor inferior aos 30%. Já em 2012 dos R\$ 73.044,00 repassados pelo FNDE, foi utilizado o valor de R\$ 26.742,30 esse valor equivale a 36,61%. Nos dois anos seguintes, 2013 e 2014 o município não investiu nada na compra de produtos da agricultura familiar como consta na (Tab. 2). Com opinião oposta uma gestora marcou que a lei é cumprida *“em parte”*, em comentário: *“Cabe ao ministério da agricultura rever os preços dos alimentos e aumentar o valor de repasse por aluno”*. O valor repassado por aluno feito pelo FNDE foi destacado como principal entrave para o cumprimento de Lei, no entanto, o PNAE funciona em caráter suplementar, isso significa que não é de sua total responsabilidade garantir o valor total para a compra de alimentação, os estados e municípios também devem contribuir financeiramente para ofertar alimentação de qualidade.



Tabela 1 - Valores investidos em São José de Caiana para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE

ANO	VALORES TRANSFERIDOS AO MUNICÍPIO	VALOR ADQUIRIDO DA AGRICULTURA FAMILIAR	%
2011	72.036,00	12.873,55	17,87
2012	73.044,00	26.742,30	36,61
2013	50.484,00	-	-
2014	53.920,00	-	-

Fonte: FNDE, dezembro de 2016.

O município deveria destinar 30% do valor repassado pelo FNDE para comprar produtos de agricultores familiares, no entanto, esse valor não é utilizado no seu total. Geralmente essa falha está ligada diretamente à falta de interesse da gestão municipal ou escolar que se omite no momento de respeitar o que está previsto na lei 11.947/2009, mesmo estando cientes de que essas atitudes prejudicam os repasses seguintes para o município. Concomitantemente, Uru (2011, p. 77) afirmou em seu estudo que um dos maiores problemas no funcionamento do PNAE é a gestão, atingindo diretamente os usuários do Programa, com a falta da alimentação escolar.

O técnico entrevistado é extensionista da EMATER de Caiana, trabalha na função a mais de 24 anos, atuante no município a mais de sete anos. A unidade presente no município é submetida à regional de Itaporanga-PB. Segundo ele o PNAE *“É muito importante, pois, possibilita geração de renda, inclusão sócio produtiva, uma melhor qualidade de vida e ainda permite a inclusão social”*. Considera *“satisfatória”* a avaliação da execução do PNAE no município, mas ressalva que: *“a inclusão dos agricultores é mínima deixando a desejar”*. Segundo o mesmo, apenas *“quatro agricultores fazem parte do programa”*. Para essa baixa inclusão acredita que *“há falta de informação aos agricultores sobre a existência do programa”*. A falta de conhecimento da existência do programa, por parte de muitos agricultores, também influencia de forma negativa na execução da lei, pois mesmo sendo capazes de produzir determinados produtos em quantidade satisfatória, não sabem que podem ofertar esses produtos para a merenda escolar. Ainda, possuem o receio de vender os alimentos, devido a forma de pagamento que ocorre após 30 dias da compra. Segundo Ribeiro et al. (2013, p. 42) ainda são poucos os agricultores rurais que participam do programa, pois este apresenta como um dos seus principais entraves, a burocratização exigida. De acordo com o técnico en-



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



trevistado uma possível solução para efetivar o programa no município seria: *“Convocar reuniões junto às comunidades e seus respectivos presidentes para incentivar a produção e adesão dos produtores em programas sociais voltados à agricultura familiar”*.

No que se refere aos pontos positivos e negativos da execução do PNAE no município, de acordo com o técnico, é *“positiva a geração de renda e melhor qualidade de vida dos produtores com a renda extra que adquirem ao vender seus produtos para as escolas”*. Além de lembrar que, *“os produtos oriundos da agricultura familiar são saudáveis, livres de agrotóxicos o que enriquece a merenda dos alunos”*. Ainda acrescenta como pontos negativos *“A dificuldade está nas condições climáticas que vem se agravando por anos. A estiagem diminui o acúmulo de água nos reservatórios, dificultando ao produtor o cultivo, e assim fornecer o produto dentro do tempo determinado estabelecido em lei”*.

Conclusão

O PNAE fornece treinamento a gestão escolar, através das secretarias de educação; o valor destinado ao atendimento da alimentação escolar pelo FNDE, não é utilizado pelos governos municipais e estaduais em sua totalidade para compra de produtos dos agricultores familiares; o baixo valor de repasse por aluno, inviabiliza a inclusão de alguns alimentos e limita a adesão de agricultores ao programa; a alimentação fornecida pelo PNAE é saudável e prioriza os hábitos de consumo da cultura agrícola local; as mudanças climáticas não permitem que o agricultor mantenha um padrão de produção capaz de atender às escolas; para a efetivação do PNAE a adoção de estratégias partem de reuniões com as comunidades rurais para fomentar a participação dos agricultores através do repasse de informações e incentivo.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2009.

CARVALHO, D. G. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Sustentabilidade: o caso do Distrito Federal (2005-2008)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília-UB, Brasília, 238p.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, 2012. Histórico do PNAE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>> Acesso em: 25 de set. 2016.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



FNDE, Dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2016.

RIBEIRO, A. L. de P. et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto – GEDECON. v. 1, n. 01, 2013.

SOUSA, M. G. S. de. Uma abordagem do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Escola Estadual Liceu Paraibano. 2014. Monografia (Especialização em Fundamentos de Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 49f.

URU, P. M. S. B. Denúncias como indicativo para a melhoria do Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 187p.